



**EDITAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2021**

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**PREÂMBULO**

O Município de MARTINHO CAMPOS - MG, com endereço a Rua Padre Marinho nº 348 – centro, inscrito no CNPJ nº 18.315.234/0001-93, através do Prefeito Municipal Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS (PPRP) EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, a fim de selecionar a melhor proposta, sendo adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

A abertura da sessão de lances será às **13:30** horas, do **dia 13 de Abril de 2021**, quando serão recebidos os envelopes de documentação e propostas, relativos à licitação, e credenciados os representantes das empresas licitantes, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local aqui mencionados. Não será realizado o credenciamento de empresas que se apresentarem logo após o Pregoeiro ter anunciado o encerramento desta fase.

A sessão de lances acontecerá logo após o encerramento da fase de credenciamento, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Martinho Campos, situada na Rua Padre Marinho, nº 348, 2º andar, Centro – Martinho Campos.

**É obrigatório o uso de máscara com cobertura do nariz e boca ao adentrar no interior de estabelecimentos e repartições públicas do Município de Martinho Campos e durante todo o tempo em que permanecer nestes estabelecimentos, principalmente, durante a sessão pública deste Certame, como medida de prevenção ao contágio da COVID-19.**

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei 10.520/02 de 17/07/2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, bem como os termos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei



Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 132/2005 de 01 de Dezembro de 2005. O Pregão será realizado pelo servidor público Nilson Júnior de Freitas nomeado Pregoeiro, tendo como equipe de apoio os Servidores Clésia Maria Dirino e Gabrielly Carolina de Jesus e Silva, designados conforme Decreto Municipal nº 033/2001, de 26 (vinte e seis) de Janeiro de 2021. Maiores informações: (37) 3524-1273.

## **1-OBJETO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto o **“REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL”**.

**1.2.** O quantitativo constante no anexo I deste Edital está de acordo com o que foi estimado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para o período de 12 (doze) meses, conforme também consta do Termo de Referência anexo ao processo, que segue assinado pela Secretaria requisitante, todavia não obriga a Administração Municipal a adquiri-los em sua totalidade.

**1.3.** O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do endereço eletrônico: [www.martinhocampos.mg.gov.br](http://www.martinhocampos.mg.gov.br)

## **2 - DAS EMPRESAS QUE PODEM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

**2.1** – Somente poderão participar deste Pregão Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação, consoante o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06, com nova redação dada pela Lei Complementar 147/2014.

**2.2** – A participação neste Certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

## **3 – DAS EMPRESAS IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

**3.1** – Estará impedida de participar deste processo licitatório a empresa que:

- a)** Esteja sob decretação de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
- b)** Esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Municipal;
- c)** Tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;
- d)** Tenha agente político integrante do órgão promotor e/ou órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- e)** Não tenha no seu Contrato ou Estatuto Social finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste Pregão;
- f)** Que esteja reunida em consórcio sob qualquer forma ou constituição;



g) Empresas que não se enquadrem como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou MEI nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

#### 4- DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1. Dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação”.

4.1.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste Certame, conforme endereço com os seguintes dizeres:

**LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS, NA RUA PADRE MARINHO,  
Nº 348 – CENTRO – MARTINHO CAMPOS/MG  
DATA: 13/04/2021  
HORÁRIO: 13:30 HORAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS/MG  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021  
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL  
EMPRESA: .....**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS/MG  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2021  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021  
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
EMPRESA: .....**

#### 5- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 – Os representantes legais deverão fazer seu credenciamento no ato da abertura da sessão pública deste Pregão, devendo identificar-se, exibindo Cédula de Identidade ou documento equivalente, para em seguida fazer a entrega dos envelopes, conforme subitens abaixo.

5.2 – O Licitante que se interessar em participar do Pregão Presencial enviando apenas os envelopes de “Proposta” e “Documentos de Habilitação” via postal, deverá enviar, para realizar o Credenciamento, os documentos descritos nos itens “5.3”, “5.7” e “5.8”. Deverá enviar ainda, “Declaração” dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação. Os documentos acima deverão ser enviados ‘fora’ dos envelopes 01 e 02 (proposta e documentos de habilitação).

5.3 – **SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO:** Deverá apresentar o Estatuto ou Contrato Social juntamente com a última alteração ou Contrato Consolidado, que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.



**5.4 – PROCURADOR:** O credenciamento deverá ser feito por meio de instrumento público ou particular de **Mandato (procuração)**, outorgando expressamente poderes para formular ofertas e lances de preços, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar à sua interposição, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao Certame, em nome do Licitante.

**5.5** – A procuração por instrumento particular, necessariamente, deverá ser apresentada com firma reconhecida em Cartório e deverá ser entregue juntamente com o Contrato Social e sua última alteração ou Contrato Consolidado, ou com o Estatuto Social de eleição da Diretoria em exercício, para se estabelecer a competência da outorga.

**5.6** – Não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de uma empresa licitante.

**5.7** – Para fim de comprovação do enquadramento como ME, EPP ou Microempreendedor Individual nos Termos da Lei Complementar 123/06 e suas alterações, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar na fase de Credenciamento, sob sua inteira responsabilidade, uma “Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, conforme modelo Anexo IV juntamente com a “Certidão Simplificada” emitida pela junta Comercial, ou quando for o caso, Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, **ambas emitidas em 2021.**

**5.8** – Sócio, Proprietário, Dirigente ou Procurador deverão apresentar junto aos documentos para Credenciamento uma Declaração que atende plenamente aos requisitos de habilitação conforme modelo abaixo:

#### DECLARAÇÃO

A empresa ....., CNPJ nº ....., declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do **Pregão Presencial SRP nº \_\_\_/2021.**

Data e local

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

**5.9** – Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor da Administração, ou resultante de publicação em órgão da Imprensa Oficial.

**5.10** – Os documentos para o Credenciamento e Habilitação poderão ser autenticados por servidor da administração no início da sessão, caso contrário, os documentos deverão ser apresentados já autenticados.

**5.11** – A não apresentação dos documentos exigidos no item “5.7” para Credenciamento, excluirá o licitante do Certame.



**5.12** - A não apresentação dos documentos nos termos exigidos para o Credenciamento no presente instrumento convocatório inabilita o representante legal da empresa de responder por ela no certame, mas não inabilita a empresa na fase de julgamento dos documentos de habilitação.

## **6 - PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº1**

**6.1-** A proposta deverá conter todas as especificações do objeto oferecido, deverá estar rigorosamente de acordo com as exigências constantes neste Edital e seus anexos, deverá ser apresentada de forma clara e detalhada. Não serão admitidas propostas alternativas ou redigidas à mão. A proposta deverá ainda, atender aos seguintes requisitos:

- a)** Ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da proponente ou no anexo que compõe este Edital. Deve ser digitada e não redigida à mão ou gerada pelo sistema, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, deverá estar datada, rubricada em todas as folhas e assinada a última folha por seu representante legal;
- b)** Indicar nome ou razão social da proponente e CNPJ, o número deste pregão, o endereço completo da proponente, telefone, fax e endereço eletrônico, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos;
- c)** Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos;
- d)** Ser apresentada em formulário específico contendo o VALOR UNITÁRIO de cada item.
- e)** Ser apresentada em apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- f)** No preço proposto deverão estar inclusos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.
- e)** Apresentar o “Termo de Compromisso do licitante”, declarando que o objeto do Certame será prestado e entregue conforme estipulado no Edital e Termo de Referência, conforme modelo abaixo:

### **TERMO DE COMPROMISSO**

A empresa ....., CNPJ nº ....., declara, sob as penas da lei, que objeto do certame será prestado e entregue conforme estipulado no Edital e Termo de Referência constantes do Pregão Presencial para Registro de Preços \_\_\_\_/2021.

Data e local

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal



**6.2-** As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pelo Pregoeiro caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida o representante da empresa, se estiver presente na sessão, deverá assinar a proposta.

**6.3** - A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**6.4 - Os preços propostos serão de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante. Caso o licitante solicite a desclassificação do item ofertado, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, o mesmo deverá solicitar por escrito ao Pregoeiro com a devida justificativa.**

**6.5** - A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste Certame será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

**6.6** - A proposta de preços deverá conter o nome e o endereço completos do licitante, seus números de telefone e de fax, bem como seu endereço eletrônico (e-mail), para fins de eventuais contatos, a falta de algum destes dados não será critério de Desclassificação.

**6.7** - Caso qualquer proponente deixe de apresentar a “Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação” ou “Termo de Compromisso”, poderá emití-la de próprio punho, datar, assinar e entregar ao Pregoeiro, desde que o representante tenha poderes para tal emissão. Caso não tenha representante presente na sessão, a proposta será automaticamente desclassificada.

## **7 - DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

- a) O prazo de vigência da ATA de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, com início a partir da data de sua assinatura.
- b) O prazo para entrega das ‘Cestas básicas’ será de no máximo **03 (três) dias**, a contar da data do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, expedido pelo Setor de Compras do Município.
- c) O Local de entrega da cesta básica, quando solicitada, será aquele indicado na Nota de Autorização de Fornecimento.

**7.1-** O Município de MARTINHO CAMPOS – MG, reserva-se o direito de não aceitar o material licitado em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a Ata e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal n 8.666/93.

**7.2-** Na hipótese de substituição de algum item já entregue, a licitante deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicial registrado.



**7.3- Fica expressamente proibido à licitante realizar a substituição de quaisquer dos itens que compõem a cesta básica objeto deste Certame.**

## **8 - DA DESCLASSIFICAÇÃO**

**8.1 - Serão desclassificadas:**

- a) As propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório deste Edital;
- b) As propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- c) As propostas que não atenderem aos objetivos deste Edital;
- d) As propostas que não apresentarem a marca do material oferecido.

## **9 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**9.1-** Para o julgamento das propostas escritas, será considerado **O MENOR PREÇO POR ITEM.**

**9.2-** O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital, decidindo motivadamente a respeito.

**9.3-** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro.

**9.4-** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital.

**9.5-** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

## **10 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**10.1-** Quanto à **REGULARIDADE JURÍDICA**, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, exceto quando já apresentados no credenciamento:

- 10.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 10.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com a última alteração ou Contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- 10.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 10.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 10.1.5. Cópia da Identidade e CPF do(s) Sócio (s);

**10.2. Quanto à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, apresentará:**

- 10.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;



- 10.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Divida Ativa, tributos administrados pela Receita Federal e Previdência Social);
- 10.2.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- 10.2.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 10.2.6. Prova de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.2.7. Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT;

**10.3. Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, apresentará:**

10.3.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à licitação.

**10.4.** Juntamente com os documentos referidos nesta cláusula serão apresentadas, para fins de habilitação, “Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal”; e “Declaração de que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos”, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei. As declarações obedecerão aos modelos a seguir:

**DECLARAÇÃO**

A empresa ....., CNPJ nº ....., declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal e inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente **Processo licitatório nº \_\_/2021, Pregão Presencial SRP \_\_/2021** ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

**DECLARAÇÃO**

A empresa ....., CNPJ nº ....., declara, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei. **Processo Licitatório nº \_\_/2021, Pregão Presencial SRP nº \_\_/2021.**

Data e local

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Diretor ou Representante legal





**10.5** - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Conforme Art. 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 alterada pela LC 147/2014).

**§ 1º** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** (conforme Art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do Certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**§ 2º** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º desta cláusula, implicará **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

**10.6** - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo, sob pena de inabilitação. Deverá ser observado ainda:

**10.6.1** - se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;

**10.6.2** - se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;

**10.6.3** - se o licitante for **matriz**, e o executor do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **matriz** quanto os da **filial**;

**10.6.4** - serão dispensados da **filial** aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitido somente em nome da matriz.

**10.7**- Todos os documentos para habilitação, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor da Administração, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

## **11 - DA SESSÃO DO PREGÃO**

**11.1** - A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes com 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura.

**11.1.2** - Declarada aberta a sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes, a desligarem os celulares, e apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do "item 5" do Edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.

**11.1.3** - Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas.

**11.1.4** - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, **apenas o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10%(dez por cento)**



**superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos**, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições acima definidas, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que seja os preços oferecidos.

**11.1.5** – Dar-se-á início a fase dos lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:

**11.1.5.1** – As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias.

**11.1.5.2** – O lance inicial ofertado deverá sempre cobrir o valor da proposta de menor preço; e a partir de então o lance de menor valor da rodada em andamento ou precedente, conforme o caso.

**11.1.5.3**– A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado, implicará na exclusão do licitante quanto à fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.

**11.1.5.4** – A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades cabíveis.

**11.1.6** – Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.

**11.1.7** – Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante abertura do respectivo envelope de documentação (envelope 02), na forma do “item 10” deste Edital.

**11.1.8** – Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, considerado o constante no “item 10” deste Edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item do Pregão.

**11.1.9** – Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, considerado o constante no item 10 deste Edital, serão examinadas as ofertas subseqüentes, inclusive quanto a sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.

**11.1.10** – Da reunião, será lavrada Ata circunstanciada, ao final assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da Equipe de Apoio e ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.

## **12 – DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES**

### **DO LICITANTE:**



- a) Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo estipulado em Edital, de acordo com as especificações e condições estabelecidas na respectiva “Ata”, e comunicar imediatamente ao representante legal do Contratante, na hipótese de ocorrências de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;
- b) Manter, durante a vigência da Ata, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado;
- c) Realizar a entrega de cesta básica objeto desta Ata, arcando com eventuais prejuízos causados ao Município de MARTINHO CAMPOS, provocados por ineficiência ou irregularidades das cestas básicas, objeto desta Ata de Registro de Preços;
- d) Acatar e respeitar as normas administrativas do Município de MARTINHO CAMPOS no decurso do prazo de validade deste Certame e da respectiva Ata de Registro de Preços;
- e) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços;
- f) Reparar, corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas qualquer irregularidade que venha a ser encontrada no fornecimento das cestas básicas;
- g) Fica expressamente proibido à licitante realizar a substituição de quaisquer dos itens que compõem a cesta básica objeto deste Certame.**

#### **DO CONTRATANTE:**

- a) Notificar a LICITANTE sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto deste Certame e da Ata de Registro de Preços, fixando-lhe quando não pactuado, prazo para corrigi-las;
- b) Disponibilizar ao FORNECEDOR todas as informações necessárias à fiel execução da entrega do objeto licitado;
- c) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, que estará condicionado ao regular fornecimento do objeto solicitado na Nota de Autorização de Fornecimento.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, indicando as razões da recusa.

#### **13 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**13.1-** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de **02 (dois) dias úteis** anteriores à data fixada para recebimentos das propostas.



**13.2** - A impugnação ou pedido de esclarecimento será dirigido ao Pregoeiro e protocolado no Departamento de Licitações do Município de Martinho Campos, ou enviadas via email.

**13.3** - A decisão sobre o pedido de esclarecimento ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de **03 (três dias)**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do Pregão.

**13.4** - O acolhimento do pedido de esclarecimento/impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do Pregão, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

## **14 - DOS RECURSOS**

**14.1.** Declarada a vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, procedendo-se inclusive, o registro das razões em Ata, sendo concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões e de igual prazo para as contrarrazões, contados a partir do término do prazo da recorrente, independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**14.2-** As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

**14.3** - Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o Pregoeiro examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-la, à autoridade competente para decisão.

**14.4** - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **15- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1-** Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para o exercício de 2021 abaixo especificados e as que vierem a ser previstas para o ano de 2022.

**02.07.01.08.244.0013.2393.33903200 - Ficha 454 - Fonte 100,156.**

## **16 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

**16.1-** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

**16.2-** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

## **17 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA VIGÊNCIA / RESCISÃO**



**17.1-** Homologada a presente licitação, o Município de MARTINHO CAMPOS, lavrará o documento denominado **ATA**.

**17.2-** A Ata de Registro de Preços será lavrada em 04 (quatro) vias devendo uma ser juntada ao processo que lhe deu origem, e as outras entregues aos setores de Contabilidade, Procuradoria Jurídica e à empresa vencedora.

**17.3 -** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, com início a partir da data de sua assinatura.

**17.4 -** Em caso da(s) licitante(s) vencedora(s) não assinar(em) a Ata, reservar-se-á o Município de MARTINHO CAMPOS o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro colocado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.

**17.5 -** Até a assinatura da Ata, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o Município de MARTINHO CAMPOS tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

**17.6 -** Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o Município de MARTINHO CAMPOS poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.

**17.5 -** A Ata a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser cancelada a qualquer tempo, independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

**17.8 -** A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito do Município de MARTINHO CAMPOS e desde que não afete a boa execução da Ata.

**17.9-** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

**17.10-** Quando da necessidade de aquisição, o responsável pelo setor requisitante consultará o Setor de Compras para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

**17.11-** O fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao Setor de Compras, sempre que se fizer necessário, os documentos que se encontrarem vencidos no procedimento licitatório.

## **18 - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**18.1** - A Secretaria Municipal requisitante através de seu Secretário ou Servidor designado exercerá a fiscalização da ATA de registro de preços e registrará todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas na cláusula 20, constantes neste Edital.

**18.2** - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARTINHO CAMPOS, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne ao fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços.

## **19 - DO PAGAMENTO**

**19.1**- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação perante o Setor de Finanças, da Nota Fiscal referente ao material regularmente entregue no local indicado na Nota de Autorização de Fornecimento.

**19.2**- A Licitante deverá informar na Nota Fiscal correspondente, o número do procedimento licitatório a que lhe deu origem, e deverá entregar o documento fiscal, diretamente ao representante do Município de MARTINHO CAMPOS, que somente atestará a entrega do material e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas neste Edital.

**19.3**- Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de MARTINHO CAMPOS e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de MARTINHO CAMPOS.

**19.4** - Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

## **20- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1**- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pelo Município de MARTINHO CAMPOS, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV;

III- Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de MARTINHO CAMPOS pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no Inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da



referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

**20.2-** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**20.3-** A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de MARTINHO CAMPOS, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de MARTINHO CAMPOS.

**20.4-** O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de MARTINHO CAMPOS, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**20.5-** As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**20.6-** Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

## **21- DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1** – Previamente à contratação, a Administração Municipal realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de Julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

**21.1.1** – Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital.

**21.2** – O MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS poderá, por despacho fundamentado do Pregoeiro e até a entrega da Nota de Autorização de Fornecimento, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a este assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

**21.3** – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.



**21.3.1** – A nulidade do processo licitatório induz à da ATA, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

**21.4** – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.

**21.5** – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**21.6** – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o Município de MARTINHO CAMPOS comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

**21.7** – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

**21.8** – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Martinho Campos – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**21.9** – Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital deverá ser encaminhado por escrito ao pregoeiro, no Setor de Compras e Licitações do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS.

**21.10** – A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.11** - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**21.12** – A relação decorrente da presente licitação não gera para as partes contratantes qualquer vínculo de natureza funcional ou empregatícia, o que afasta qualquer tipo de indenização pelo Município de Martinho Campos para com a Licitante.

**21.13** – Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/1993 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006.

**21.14** – Maiores esclarecimentos, quanto à dúvida na interpretação dos termos deste edital, serão prestados na seção de Compras e Licitação do MUNICÍPIO DE MARTINHO CAMPOS – MG.

**22.** Fazem parte do presente Edital:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS  
ESTADO DE MINAS GERAIS



- 22.1- Anexo I** – Termo de Referência e Estimativa de Preços;
- 22.2 – Anexo II** – Modelo de Proposta;
- 22.3-Anexo III** - Modelo de Declaração para Credenciamento (Procuração);
- 22.4- Anexo IV** – Modelo de declaração de Habilitação para credenciamento;
- 22.5 Anexo VI** – Minuta da Ata.

MARTINHO CAMPOS/MG 25 DE MARÇO DE 2021.

**WILSON CORRÊA ALVES AFONSO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA E ESTIMATIVA DE PREÇO

**I - OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL”.**

### II - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A presente aquisição tem o objetivo de atender às famílias em vulnerabilidade social cadastradas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deste Município, conforme a resolução nº 007/CMAS/2015. Justifica-se ainda na necessidade do Município de promover assistência às pessoas/famílias em risco de vulnerabilidade social nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

### III - ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID.	VL.UNIT	VL. TOTAL
01	600	CESTA BÁSICA CONTENDO: 01 PACOTE DE: Arroz Agulhinha. Características Técnicas: Grupo: Beneficiado, Subgrupo: Polido, Classe: Longo fino, Tipo 1. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5kg.	UNID	R\$ 104,00	R\$ 62.400,00
		01 PACOTE DE: Macarrão Espaguete nº 08. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais (urucum e cúrcuma). Embalagem de 500 gr.			
		01 LATA DE: Extrato de Tomate: Características Técnicas: ingredientes - tomate, açúcar e sal; não contém glúten. Embalagem: latas de 350grs.			
		01 PACOTE DE: Fubá Mimoso Fino. Embalagem: acondicionada em pacotes de 1 kg.			
		01 PACOTE: Farinha de Mandioca: Grupo: Seca, Subgrupo: fina beneficiada, Classe: amarela e torrada. Tipo: 1. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg.			
		01 PACOTE Café extra forte embalagem de 250 gramas.			



		02 LATAS: Óleo de Soja: Embalagem: Acondicionada em recipiente intacto de plástico, de 900 ml. Similar à marca ABC.			
		01 POTE de Tempero Pronto. Ingredientes: Alho natural e sal. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagem de polipropileno bem vedado, em embalagem de 500 g. Similar à marca Arisco.			
		02 UNIDADES DE Sabonete Branco, embalagem de 90 gramas. Similar à marca lux.			
		01 Pasta Dental: Embalagem de 90 gramas, similar à marca colgate			
		01 PACOTE Papel Higiênico: Pacote com 04 unidades (rolos), de 30 metros cada, branco, macio. Similar à marca Personal			
		01 PACOTE de biscoito doce (maisena) embalagem de 400 gr.			
		01 PACOTE de Açúcar Cristal: Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg. Similar à marca Dinalsucar.			
		02 PACOTES: Feijão Carioca: Características Técnicas: Classe: Carioca, novo, tipo 1, extra, grupo 1. Embalagem: contendo 1 kg. Prazo de Validade: Mínimo de 5 meses. Similar à marca Codil.			
		01 PACOTE de Leite em pó Integral, embalagem de 400 gr.			

#### IV - AVALIAÇÃO DE CUSTO

Conforme exigência legal, art. 40, parágrafo 2º,II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, o setor de compras do Município, realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 3 (três) empresas do ramo, conforme o valor apurado abaixo:

a) Valor global estimado para a aquisição do quantitativo de cestas básicas é de **R\$ 62.400,00** (Sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

#### V - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** que atenda às especificações deste Termo de Referência.



## **VI – DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA**

Os recursos financeiros para pagamentos correrão por conta das dotações do ano de 2021 conforme abaixo relacionadas e as previstas para o ano de 2022:

**02.07.01.08.244.0013.2393.33903200 – Ficha 454 – Fonte 100,156.**

## **VII – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A Secretaria Municipal requisitante, através do Servidor responsável exercerá a fiscalização da Ata de registro de preços e registrará todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas, em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARTINHO CAMPOS, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

## **VIII – DOS PRAZOS**

- a) O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de **12 meses**, contados a partir da assinatura da Ata.
- b) O prazo para entrega dos materiais licitados quando solicitado será até **03 (três) dias**, após o recebimento da ordem de compra, pela licitante.
- c) O Local de entrega das cestas básicas, quando solicitadas, será na sede da Secretaria solicitante, conforme endereço indicado na Nota de Autorização de Fornecimento.

## **IX – FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento decorrente da execução do objeto será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento do documento fiscal e após a Secretaria Municipal requisitante atestar que o objeto expresso na Nota Fiscal foi regularmente entregue, o tendo sido feito nas exatas condições exigidas em Edital.

## **X – DO PAGAMENTO DE MULTAS E PENALIDADES**

1) Todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Município à licitante, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 783 do novo CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Termo de Referência como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Município.

2) As Multas e penalidades previstas neste Termo de Referência não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela



reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

## **XI - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

1) A Secretaria Municipal requisitante reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer material em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas técnicas e legais pertinentes aos produtos licitados.

2) A Secretaria Municipal requisitante reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

3) Rege-se o objeto deste Termo de Referência pelos preceitos de direito público, aplicando se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**ANEXO II**

**MODELO DA PROPOSTA**

<b>Empresa:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Telefone:</b>	
<b>Nome do Representante Legal:</b>	
<b>Identidade do Representante Legal:</b>	
<b>Data:</b>	

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID.	VL.UNIT	VL. TOTAL
01	600	CESTA BÁSICA CONTENDO: 01 PACOTE DE: Arroz Agulhinha. Características Técnicas: Grupo: Beneficiado, Subgrupo: Polido, Classe: Longo fino, Tipo 1. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5kg. Marca:	UNID	R\$	R\$
		01 PACOTE DE: Macarrão Espaguete nº 08. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais (urucum e cúrcuma). Embalagem de 500 gr. Marca:			
		01 LATA DE: Extrato de Tomate: Características Técnicas: ingredientes - tomate, açúcar e sal; não contém glúten. Embalagem: latas de 350grs. Marca:			
		01 PACOTE DE: Fubá Mimoso Fino. Embalagem: acondicionada em pacotes de 1 kg. Marca:			
		01 PACOTE: Farinha de Mandioca: Grupo: Seca, Subgrupo: fina beneficiada, Classe: amarela e torrada. Tipo: 1. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg. Marca:			
01 PACOTE Café extra forte embalagem de 250 gramas.					



	02 LATAS: Óleo de Soja: Embalagem: Acondicionada em recipiente intacto de plástico, de 900 ml. Similar à marca ABC. Marca:			
	01 POTE de Tempero Pronto. Ingredientes: Alho natural e sal. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagem de polipropileno bem vedado, em embalagem de 500 g. Similar à marca Arisco. Marca:			
	02 UNIDADES DE Sabonete Branco, embalagem de 90 gramas. Similar à marca lux. Marca:			
	01 Pasta Dental: Embalagem de 90 gramas, similar à marca colgate. Marca:			
	01 PACOTE Papel Higiênico: Pacote com 04 unidades (rolos), de 30 metros cada, folhas brancas, macio. Similar à marca Personal			
	01 PACOTE de biscoito doce (maisena) embalagem de 400 gr.			
	01 PACOTE de Açúcar Cristal: Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg. Similar à marca Dinalsucar. Marca:			
	02 PACOTES: Feijão Carioca: Características Técnicas: Classe: Carioca, novo, tipo 1, extra, grupo 1. Embalagem: contendo 1 kg. Prazo de Validade: Mínimo de 5 meses. Similar à marca Codil. Marca:			
	01 PACOTE de Leite em pó Integral, embalagem de 400 gr. Marca:			

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas do Edital de Licitação e seus anexos.

<b>Valor Total da Proposta:</b>	_____
Validade da Proposta (mínimo 60 dias):	_____
<b>Condições de Entrega:</b>	Conforme Edital
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme Edital
<b>Assinatura:</b>	_____



### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

#### PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) ....., CNPJ nº. ...., com sede à ....., neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(s) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Martinho Campos/MG (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de **Pregão Presencial SRP nº \_\_\_/2021** (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para, se for o caso de apenas uma licitação.

A presente Procuração é válida até o dia -----

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2021

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

(Firma Reconhecida)





## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO – SOMENTE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

(NOME DA EMPRESA) ....., CNPJ Nº ....., com sede .....,  
(endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins do **Pregão Presencial RP nº \_\_\_/2021, Processo Licitatório n \_\_\_/2021**, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

- a) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, em atendimento a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.
- b) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao art. 32,§2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

..... de 2021.

.....  
Assinatura do representante legal

Nome ou carimbo do declarante: .....

Cargo do declarante: .....

Nº da cédula de identidade: .....

Telefone, fax e e-mail para contato: .....



## ANEXO V

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº

Pelo presente instrumento, o Município de Martinho Campos do Estado de Minas Gerais, representado pelo **Sr. Prefeito Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho**, inscrito no cadastro de Pessoa Jurídica sob o nº 18.315.234/0001-93, situado á Rua Padre Marinho, nº 348, centro, Martinho Campos/MG, e a empresa seguinte: ....., CNPJ: ....., estabelecida à ....., Bairro ....., ...../MG, representada legalmente por ....., inscrito no CPF: .....; doravante denominado FORNECEDOR DETENTOR DE PREÇOS REGISTRADOS, ou simplesmente FORNECEDOR, nos termos do Decreto Municipal nº 019/2009 de 03/02/2009, que regulamentou o REGISTRO DE PREÇOS no Município e nos termos do Decreto Municipal nº132/2005, que regulamentou o PREGÃO PRESENCIAL, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** – O Objeto desta Ata é o “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL”, conforme descrições constantes no quadro demonstrativo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL.TOTAL

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES

**2.1** - O valor global desta Ata de Registro de Preço é de R\$-----, conforme proposta apresentada pelo FORNECEDOR, no Processo Licitatório nº \_\_/2021, Pregão Presencial –RP Nº\_\_/2021 que fica fazendo parte integrante desta Ata para todos os fins legais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1-** Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das dotações orçamentárias de 2021 abaixo relacionadas e as previstas para o ano de 2022:

**02.07.01.08.244.0013.2393.33903200 Ficha 454 – Fonte 100,156**

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS

**4.1.** O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, contados a partir da assinatura da Ata.

**4.2.** O prazo para entrega de cesta básica quando solicitada será até **03 (três) dias**, após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.



**4.3.** O Local de entrega das “Cestas básicas” objeto da presente Ata de Registro de Preços será na sede da Secretaria solicitante, conforme endereço indicado na Nota de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

**5.1** – Não será admitida a entrega de cesta básica pelo Fornecedor sem que este esteja de posse dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura), **bem como não será admitida a substituição de quaisquer dos itens que compõem a cesta básica objeto desta Ata.**

**5.1.1** – As cestas básicas fornecidas devem corresponder às especificações e quantitativos constantes da Nota de Empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento similar.

**5.1.2** – De posse dos documentos que devem acompanhar as cestas básicas, serão os mesmos recebidos provisoriamente pelo servidor da Administração ou comissão responsável.

**5.1.3** – Aprovando o(s) produto(s)/material(ais) recebido(s), após as verificações necessárias realizada pelo servidor ou comissão responsável, o responsável pelo recebimento e conferência enviará a nota fiscal para o departamento de compras, para dar início ao processo de pagamento.

**5.1.4** – Encontrando irregularidades, o servidor ou comissão responsável, fixará o prazo de 05(cinco) dias corridos para o FORNECEDOR promover as correções necessárias, sob pena de serem os produtos/materiais rejeitados e devolvidos no estado em que se encontrarem.

**5.1.5**– Na hipótese de irregularidades em relação aos produtos fornecidos, a Administração somente receberá em caráter definitivo, mediante termo circunstanciado, após as correções promovidas pelo FORNECEDOR e após a reavaliação realizada pela Administração, por intermédio quer do servidor encarregado, quer da comissão responsável.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1** – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social ou por servidor designado, exercerá a fiscalização da Ata de Registro de Preços e registrará todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao FORNECEDOR.

**6.1.1** - Verificada irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas na cláusula 20 constantes do Edital Licitatório, bem como na cláusula décima segunda da presente Ata de Registro de Preços.

**6.2** – As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARTINHO CAMPOS, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva do FORNECEDOR, no que concerne à execução do objeto da Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES**



#### **DO FORNECEDOR:**

- a) Efetuar a entrega do objeto desta Ata no prazo estipulado, de acordo com as especificações e condições estabelecidas nesta Ata, e comunicar imediatamente ao representante legal do Contratante, na hipótese de ocorrências de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;
- b) Manter, durante a vigência da Ata, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta contratação, bem como rerepresentar os documentos com prazo de validade expirado;
- c) Realizar a entrega de cesta básica objeto desta Ata, arcando com eventuais prejuízos causados ao Município de MARTINHO CAMPOS, provocados por ineficiência ou irregularidades das cestas básicas, objeto desta Ata de Registro de Preços;
- d) Acatar e respeitar as normas administrativas do Município de MARTINHO CAMPOS no decurso do prazo de validade deste Certame e da respectiva Ata de Registro de Preços;
- e) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços;
- f) Reparar, corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas qualquer irregularidade que venha a ser encontrada no fornecimento das cestas básicas;
- g) Fica expressamente proibido à licitante realizar a substituição de quaisquer dos itens que compõem a cesta básica objeto deste Certame.**

#### **DO CONTRATANTE:**

- a) Notificar a LICITANTE sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto deste Certame e da Ata de Registro de Preços, fixando-lhe quando não pactuado, prazo para corrigi-las;
- b) Disponibilizar ao FORNECEDOR todas as informações necessárias à fiel execução da entrega das “Cestas básicas” objeto da Nota de Autorização de Fornecimento;
- c) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, que estará condicionado ao regular fornecimento do objeto solicitado na Nota de Autorização de Fornecimento.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, indicando as razões da recusa.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

**8.1-** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da regular entrega das “Cestas básica” e da respectiva Nota Fiscal e após a Secretaria Municipal requisitante atestar



que o objeto expresso no documento fiscal foi regularmente entregue, o tendo sido feito nas exatas condições exigidas em Edital.

**8.2-** A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do procedimento licitatório a que lhe deu origem, e ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante do Município de MARTINHO CAMPOS, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

**8.3-** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de MARTINHO CAMPOS e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de MARTINHO CAMPOS.

**8.4 -** O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento a que o FORNECEDOR tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

**8.5 -** Os pagamentos efetuados ao FORNECEDOR não o isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade dos produtos/materiais fornecidos.

**8.6 -** O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente a ser indicada pelo FORNECEDOR.

**8.7 -** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**8.8 -** Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

## **CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**9.1-** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.



**9.2-** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**9.3-** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal para alteração, por aditamento, do preço dos produtos constantes na ata.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA**

**10.1** – O prazo de vigência desta Ata será de **12 (doze) meses**, com início a partir da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

**11.1** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, em qualquer época pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelações judiciais ou extra judiciais, com base nos motivos dispostos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

**11.2** – Poderá ainda a presente Ata de Registro de Preços ser rescindida, desde que motivado o ato e assegurado ao FORNECEDOR, sem que a mesma tenha direito à indenização de qualquer espécie, caso cometa o que se segue:

- a) não cumpra qualquer das obrigações estipuladas em ATA;
- b) desviar-se das especificações dos produtos constantes do Edital e seus anexos;
- c) deixar de cumprir ordens do CONTRATANTE, sem justificativa;
- e) paralisar a entrega sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- f) decretação de falência ou instalação de insolvência civil;
- g) for envolvido em escândalo público e notório;

**11.3** – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida ainda, por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade do Sr. Prefeito Municipal.

**11.4** – A rescisão administrativa ou amigável da Ata de Registro de Preços deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**11.5** – A nulidade do processo licitatório induz à da presente ATA, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** Pelo descumprimento total ou parcialmente do pactuado na presente Ata celebrado com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:

**12.1.1- advertência** - utilizada como comunicação formal, ao **Contratado**, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;



**12.1.2 - multa** – observados os seguintes limites:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da mercadoria;
- b) 30% (trinta por cento) sobre o valor do fornecimento, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

**12.1.3 - suspensão** temporária de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;

**12.1.4 - declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**12.2** - As penalidades de **advertência** e **multa** serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeado no instrumento convocatório.

**12.3** - As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CESSÃO**

**13.1** - O FORNECEDOR não poderá ceder ou transferir a execução da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO COMPROMISSO**

**14.1** – O FORNECEDOR obriga-se a atender integralmente as exigências constantes do Edital de Pregão Presencial SRP nº \_/2021, Processo Licitatório nº \_/2021, passando este a fazer parte integrante desta Ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**15.1** – Quaisquer controvérsias e omissões deste contrato serão regidas pela Lei Federal 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e, pelo Edital do Pregão Presencial SRP nº \_/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: VINCULAÇÃO CONTRATUAL**

**16.1** – Esta Ata está vinculada de forma total e plena ao Pregão Presencial RP nº \_/2021 Processo Licitatório nº \_/2021, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á, rigorosamente, obediência ao Instrumento Convocatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO**

**17.1** - É eleito o foro da Comarca de Martinho Campos - MG para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS  
ESTADO DE MINAS GERAIS



E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente Ata em 04 (quatro) vias de igual teor e forma devidamente testemunhados.

Martinho Campos/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

WILSON CORRÊA ALVES AFONSO DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

FORNECEDOR